

Estado do Rio Grande do Sul

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021

O MUNICÍPIO DE PAVERAMA através de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que estará procedendo a CHAMADA PÚBLICA, para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, considerando o disposto no art 14, da Lei nº 11.947/09, Resolução Nº 84/2020 GGPAA e Lei nº 8.666/93. Os interessados (Beneficiários Fornecedores e Organizações Fornecedoras) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de 23 de fevereiro de 2021 a 16 de março de 2021, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 16h, na Prefeitura Municipal de PAVERAMA, no Setor de Licitações, na Rua Jacob Flach, 222, Bairro Centro, PAVERAMA/RS. A sessão pública para análise dos projetos de venda será no dia 17 de março de 2021, às 9h, no endereço supracitado.

1 – OBJETO E VALOR

1.1 – O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares, para atendimento ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, conforme especificações dos gêneros alimentícios e valores abaixo:

Item	Produto	Unidade	Qtida de	Preço Médio
01	CUCA CASEIRA – SEM RECHEIO, embalada adequadamente, com o peso mínimo de 750 gramas.	Unidade	600	6,26
02	PÃO INTEGRAL - embalado adequadamente, com peso mínimo de 800 gramas, deve ser fatiado.	Unidade	600	6,66
03	PÃO DE MILHO - deve conter farinha de milho na sua formulação, embalado adequadamente, com peso mínimo de 500 gramas, deve ser fatiado.	Unidade	500	6,23
04	BOLACHA DE NATAL – deve ser embalada adequadamente, embalagem de no mínimo 400 gramas.	Pacote	980	6,46
05	BOLACHA MANTEIGA – deve ser embalada adequadamente, embalagem de no mínimo 400 gramas.	Pacote	980	6,46
06	MASSA CASEIRA ESPAGUETE, sem corantes, pacote de 500gramas.	Pacote	500	5,06
07	MASSA CASEIRA ESPAGUETE TRADICIONAL COM ESPINAFRE pacote de 500 gramas	Pacote	500	5,43
08	CORTES CONGELADOS DE FRANGO COXA/SOBRECOXA	Kg	1700	7,31
09	CORTES CONGELADOS DE FRANGO PEITO, sem osso, sem pele	Kg	1200	11,16
10	CUBOS SUÍNOS CONGELADOS – embalagem de 2kg	Pacote	400	14,99
11	DOCE DE LEITE CREMOSO - embalagem 400 gramas	Unidade	450	4,50
12	LEITE UHT INTEGRAL – Embalagem de 1 litro	Litro	2700	3,32
13	QUEIJO MUSSARELA - fatiado acondicionada em embalagem adequada de 1kg com rótulo indicando data de validade.	Kg	700	28,20
14	CREME DE LEITE – NATA, embalagem de 300 gramas	Pote	580	6,20
15	MORTADELA FATIADA- sem gordura, acondicionada em embalagem adequada de 1kg com rótulo indicando data de validade.	Kg	580	10,83
16	TOMATE	Kg	400	4,12
17	ALFACE	Kg	300	5,98



Estado do Rio Grande do Sul

Item	Produto	Unidade	Qtida de	Preço Médio
18	ALHO	Kg	120	22,80
19	BETERRABA	Kg	300	2,82
20	CENOURA	Kg	600	3,46
21	LIMÃO	Kg	100	3,86
22	REPOLHO BRANCO	Unidade	350	3,40
23	BROCOLIS	Molho	480	3,53
24	COUVE-FLOR	Unidade	400	4,10
25	MORANGOS	Kg	160	11,93
26	ESPINAFRE	Molho	220	2,83
27	MORANGA	Kg	260	2,69
28	TEMPERO VERDE – MOLHO (salsa e cebolinha)	Molho	180	1,73
29	VAGEM	Kg	280	7,93
30	ABOBRINHA ITALIANA	Kg	200	3,09
31	MILHO VERDE	Espigas	380	1,13
32	BERINJELA	Kg	100	3,60
33	CEBOLA	Kg	350	3,46
34	СНИСНИ	Kg	220	3,60
35	BERGAMOTA PONKAN	Kg	200	4,26
36	LARANJA para suco	Kg	300	2,56

^{1.2 –} As quantidades a serem adquiridas mencionadas no item 1.1 são máximas, podendo não ser adquiridos na sua integralidade, ou ainda serem adquiridos com acréscimos, limitado a 25%, na forma preceituada pelo art. 65, §1º da Lei 8.666/93.

2 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

2.1 – Para a habilitação das propostas ofertadas pelos proponentes, deverão ser apresentados os documentos abaixo relacionados de acordo com o enquadramento do fornecedor:

I - dos Beneficiários Fornecedores:

- 1. Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias:
- 2. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- 3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;
- 4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;
- 5. Para produtor de origem animal apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser municipal, estadual ou federal;
- 6. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.



Estado do Rio Grande do Sul

II - das Organizações Fornecedoras:

- Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de Cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
- 2. Extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- 3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- 5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual;
- Alvará de localização fornecido pelo município de origem, bem como a Certidão de Inspeção Sanitária (Alvará de Saúde) concedido pelos Serviços de Vigilância Sanitária do Estado ou Município de origem;
- 7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;
- 9. Para produtor de origem animal apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser municipal, estadual ou federal;
- 10. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados relacionados no projeto de venda.
- 11. Declaração de seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados.

3 - ENVELOPE Nº 02 - PROJETO DE VENDA

- 3.1 No Envelope nº 02, os Beneficiários Fornecedores ou Organizações Fornecedoras deverão apresentar o Projeto de Venda dos Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, conforme **ANEXO III.**
- 3.2 Nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar devem constar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ e DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.
- 3.3 Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 01 (um) dia, conforme análise da Comissão Julgadora.
- 3.4 Somente poderão fornecer os produtos alimentícios as pessoas, jurídicas ou físicas, devidamente cadastradas (DAP), que atendem às exigências deste Edital.
- 3.5 Será de responsabilidade exclusiva dos cadastrados (DAP) o ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes da má qualidade dos produtos ou do atraso no fornecimento.
- 3.6 No preço pago estão inclusas todas as despesas com fretes, embalagens, encargos e quaisquer outros insumos necessários para o fornecimento dos produtos.
- 3.8 Todos os produtos ofertados deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA do Ministério da Saúde MS e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA.

4 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

- 4.1 Para seleção, os projetos de Venda habilitadas serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupos de projetos do território rural, grupo de projetos do estado e grupo de propostas do País.
 - 4.2 Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:
 - I agricultores familiares do município ou estado nesta ordem de prioridade;
 - II comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas;
 - III assentamentos da reforma agrária;
 - IV grupos de mulheres;
 - V produção agroecológica ou orgânica.

Estado do Rio Grande do Sul

- 4.3 Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre os beneficiários ou organizações finalistas.
- 4.4 Caso o Órgão Comprador não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos de projetos de vendas de fornecedores municipais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais níveis territoriais, de acordo com os critérios de priorização estabelecidos nos incisos I e II do item 4.2 e no item 4.3.

5 - MODO DE ENTREGA E FISCALIZAÇÃO

- 5.1 O fornecedor deverá entregar produtos frescos, de boa qualidade, nas quantidades solicitadas pela Secretaria Municipal de Educação. Os gêneros alimentícios a serem entregues ao contratante serão os definidos na chamada pública de compra, podendo ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos constem na mesma chamada pública e sejam correlatos nutricionalmente e que a substituição seja atestada pelo RT, que poderá contar com o respaldo do CAE.
- 5.2 Os fornecedores dos gêneros alimentícios são responsáveis pela qualidade físico-química, sanitária dos produtos entregues; a rotulagem, inclusive a nutricional, deverá estar em conformidade com a legislação em vigor; será exigida a comprovação, junto às autoridades sanitárias locais, de existência de instalações compatíveis com o produto que o licitante se propõe a fornecer.
- 5.3 Os produtos acima relacionados deverão ser entregues, conforme a necessidade e demanda de consumo, mediante pedido emitido previamente pela Secretaria Municipal de Educação, acompanhados de Notas de Empenhos correspondentes, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, pelo **período de fornecimento máximo de 12 (doze) meses**.
- 5.4 Mediante escrita e justificada solicitação da empresa Contratada, o prazo declinado no item acima poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, contanto que a empresa Contratada proceda a tal solicitação durante o transcurso do prazo que, originariamente, lhe foi concedido para entrega dos materiais, e sendo conveniente para a Administração tal pedido.
- 5.6 A Nota de Empenho e/ou a Ordem de Entrega poderá ser repassada à Contratada por meio de e-mail.
- 5.7 A entrega dos materiais/produtos é de responsabilidade da Contratada, devendo ser entregues ao Poder Público em embalagens apropriadas.
- 5.8 Deverão ser observados a legislação pertinente para cada material/produto, com suas respectivas autorizações.
- 5.9 As Contratadas receberão uma lista da Secretaria Municipal de Educação, onde estarão identificadas as mercadorias a serem entregues, a quantidade, a data de entrega e as respectivas localidades.
- 5.10 Não serão aceitos produtos com validade vencida, ou que estejam na iminência de
- 5.11 As Contratadas deverão utilizar veículos adequados para as entregas dos gêneros alimentícios, dotados de cobertura para proteção da carga e, não devem transportar outras cargas que comprometam a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos.
- 5.11.1 O serviço de entregas poderá ser terceirizado, desde que sejam mantidas todas as exigências de pontualidade, qualidade e sanidade dos produtos.
- 5.12 Os produtos perecíveis deverão ser entregues semanalmente, já os produtos não perecíveis deverão ser entregues quinzenal ou mensalmente, dependendo da capacidade de armazenamento das escolas e de acordo com pedido prévio, acompanhado de nota de empenho correspondente.
- 5.13 O horário das entregas será das 7horas e 30minutos até as 11 horas e das 13 horas e 30 minutos até as 16horas, de segunda a sexta-feira.
- 5.14 Os produtos deverão ser entregues nas escolas, cuja relação segue no **ANEXO I** deste edital, conforme pedido prévio.
- 5.15 Caso os produtos entregues não estejam de acordo com a especificação do objeto do edital e com a qualidade e sanidade exigidas no mesmo, deverá a contratada efetuar a troca das mercadorias em até 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 5.16 A compra de frutas e verduras é feita com base na sazonalidade das mesmas, sendo assim uma forma mais econômica de adquirir os produtos.



Estado do Rio Grande do Sul

- 5.17 A Contratante não fica obrigada a adquirir a totalidade das quantidades especificadas, e poderá haver acréscimo, observado o limite previsto na Lei 8.666/93.
 - 5.18 Não é obrigatório cotar preços para todos os itens.
- 5.19 Nos valores apresentados em proposta deverão estar inclusas todas as despesas com frete de embalagens, encargos e quaisquer outros insumos necessários para o fornecimento do produto, que deverão ocorrer diretamente junto às escolas municipais e demais entidades.
- 5.20 A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da servidora **Luciana Engster Feiden, Nutricionista.** A quantidade da(s) mercadoria(s)/produto(s) fornecidos será fiscalizada por um(a) servente ou funcionário(a) de cada escola.

6 - DO PREÇO PAGO

- 6.1 O preço a ser pago ao fornecedor será o preço de aquisição citado na tabela do item I Objeto.
- 6.1.1 Nos preços apresentados na proposta deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a fretes de entrega, embalagens, encargos e quaisquer outros insumos necessários ao fornecimento do produto, que deverão ocorrer diretamente junto às escolas municipais e demais entidades constantes em relação **ANEXO I.**
- 6.2 Caso o Município não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos de produtores e empreendedores familiares locais, estas deverão ser complementadas com propostas de grupos de produtores e empreendedores familiares do território rural, do estado e do país, nesta ordem.

7 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

7.1 – Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com preço divergente do fixado na tabelo do objeto do edital.

8 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

8.1 – O participante deverá apresentar os documentos de habilitação e a sua proposta (projeto de venda) em envelopes distintos, lacrados, identificados respectivamente, com os nos, conforme segue:

AO MUNICÍPIO DE PAVERAMA EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021 ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS PROPONENTE (NOME COMPLETO)

AO MUNICÍPIO DE PAVERAMA EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA № 001/2021 ENVELOPE № 02 – PROJETO DE VENDA PROPONENTE (NOME COMPLETO)

9 - DO PAGAMENTO

- 9.1 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega e apresentação da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente assinada por fiscal designado, atestando a entrega dos produtos, nas condições exigidas.
- 9.2 Não haverá reajuste dos preços estabelecidos neste edital, excetuado seja comprovado o desequilíbrio econômico e financeiro, condição que deverá ser demonstrada com documentos idôneos, aptos a comprovar o pedido de reequilíbrio.

10 - DA CONTRATAÇÃO

- 10.1 Declarado(s) o(s) vencedor(es), o(s) Proponente(s) vendedor(es) deverá(ão) assinar o contrato no prazo de 02 (dois) dias, contados da homologação do certame.
- 10.2 O limite individual de vendas por unidade familiar e por organização fornecedora para a alimentação escolar deve respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP/ano e será controlado pelo FNDE e MDA, conforme Acordo de Cooperação firmado entre eles.
- 10.3 Poderá haver prorrogação contratual, havendo manifestado interesse público por parte do Município e disponibilidade de quantitativo dos produtos elencados no capítulo I do presente edital, tudo na forma da Lei 8.666/93.



Estado do Rio Grande do Sul

11 - RESPONSABILIDADES DOS FORNECEDORES

- 11.1 Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.
- 11.2 O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Coordenadoria de Alimentação Escolar (Resolução RDC nºs 259/02, 216/04 e 275/03 ANVISA).
- 11.3 O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios para as escolas conforme cronograma de entrega definido pela Secretaria Municipal de Educação e previamente encaminhado.
- 11.4 Os locais de entrega dos produtos constam do Anexo I, que faz parte integrante do presente edital.

12 - PENALIDADES

- 12.1 A recusa injusta do Proponente vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se as penalidades aqui previstas.
- 12.2 As multas serão descontadas de créditos eventuais do Proponente ou lançadas como dívida não-tributária e cobradas judicialmente.
- 12.3 Pela inexecução total ou parcial de contrato o Município poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – advertência:

II – multa nas formas previstas na Lei 8.666/93, limitado a 10% do valor do Contrato;

III – rescisão do contrato:

IV – suspensão do direito de licitar junto ao Município de PAVERAMA, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

- V declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de PAVERAMA.
- 12.4 Será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do item do Contrato, por dia de atraso no fornecimento do produto.
- 12.5 Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido no Contrato, quando o Proponente vencedor:
- a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- b) transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização da contratante;
- c) fornecer os produtos em desacordo com as especificações ou normas técnicas, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) desatender às determinações da fiscalização;
- e) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão de infração cometida;
- f) não fornecer os produtos contratados no prazo fixado, estando sua proposta dentro do prazo de validade:
- g) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolosamente ou não, venha a causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;
- 12.6 A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito pela fiscalização à direção do órgão.
- 12.7 Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á à contratada, a pena de suspensão do direito de licitar com a contratante e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos, em função da gravidade da falta cometida.
- 12.8 Quando o objeto do contrato não for entregue no todo ou parcialmente dentro dos prazos estipulados, a suspensão do direito de licitar será automática e perdurará até que seja feita a entrega do objeto do contrato na sua totalidade, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e neste edital.



Estado do Rio Grande do Sul

13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 – As despesas decorrentes do fornecimento contratado correrão à conta das seguintes rubricas: 06.02.12.365.0041.2027.0031, 06.02.12.306.0047.2018.1002, 06.05.12.306.0047.2018.1003 e 06.05.12.365.0041.2027.1003.

14 - DOS RECURSOS

14.1 – Das decisões proferidas decorrentes da presente chamada caberá recurso no prazo de 2 (dois) dias, conforme art. 109 da Lei 8.666/93.

15 - ANEXOS

15.1 – Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

ANEXO I – Relação das escolas com os devidos endereços

ANEXO II - Minuta de Contrato

ANEXO III - Projeto de Venda

ANEXO IV - Cronograma de Entrega

16 - DAS INFORMAÇÕES:

16.1 – O Edital e informações poderão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de PAVERAMA, pelo telefone (51) 3761-1044.

PAVERAMA, 22 de fevereiro de 2021.

FABIANO MERENCE BRANDÃO PREFEITO MUNICIPAL

Esse Edital foi revisado e encontra-se aprovado, quanto à forma, por essa Assessoria Jurídica. Em 22 de fevereiro de 2021.

ALINE LUIZA KRÜGER OAB/RS 66.190 Assessoria Jurídica



Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO I

RELAÇÃO DAS ESCOLAS DE PAVERAMA

ESCOLAS (ZONA URBANA)

PRO INFÂNCIA CASA DA CRIANÇA

Rua Célio Klein, nº 38 - Bairro Centro – Turno M e T Distância da aproximada partindo da SMEC – 500 m

E.M.E.I. Arco-Íris

Rua Catarino José de Souza, nº 616 – Bairro Morro Bonito – Turno M e T Distância da aproximada partindo da SMEC – 1 km

E.M.E.I. Pingo de Gente

Rua 04 de Julho, nº 3822 – Bairro Cidade Baixa – Turno M e T Distância da aproximada partindo da SMEC – 3 km

E.M.E.F. Prudêncio Franklin dos Reis

Morro Bonito VRS 335, nº 2126 – Turno M e T Distância da aproximada partindo da SMEC – 3 km

E.M.E.F. Professora Gonçalina Pinto Vilanova

Rua Francisco Griebeler, nº 907 - Cidade Baixa – Turno M e T Distância da aproximada partindo da SMEC – 3 km

ESCOLAS (ZONA RURAL)

E.M.E.I. Pequeno Mundo

Rua Vitorino José da Silva, nº 100 – Bairro Posses Distância da aproximada partindo da SMEC – 10 km

E.M.E.I. Criança Feliz

Rua Eugênio Faller, s/nº. Bairro Fazenda São José Distância da aproximada partindo da SMEC – 9 km

E.M.E.F. Visconde de Mauá

Morro Azul – EGP 07 Distância da aproximada partindo da SMEC – 7 km

E.M.E.F. São José

Santa Manoela – EGP 09 Distância da aproximada partindo da SMEC – 6 km

E.M.E.F. Sagrado Coração de Jesus

Linha Brasil – EGP 018 Distância da aproximada partindo da SMEC – 7 km

E.M.E.F. Reinaldo Markus

Rua Beno Fiegenbaum s/nº - Fazenda São José Distância da aproximada partindo da SMEC – 8 km



Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO II MINUTA DE CONTRATO Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar

Br CC se gri CC en	andão, br ONTRATA de upo forma ONTRATA n vista o	93.317/000 ² asileiro, ca NTE e, de	1-06, neste ato r sado, residente outro lado (nome , nº, en ob nº (g damentados nas c	representado pelo Prefei e domiciliado neste Mu do grupo formal ou info n (município), inscrita no grupos informais e indi disposições da Lei 11.947	de Direito Público, inscrito no CNPJ to Municipal, Sr. Fabiano Merence inicípio, doravante denominado de ormal ou fornecedor individual), com CNPJ sob nº (para viduais), doravante denominado(a) 7/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo olivem celebrar o presente contrato,
É PA FN too	objeto des ARA ALIM NDE/PNAE dos de acc	IENTAÇÃO , no ano do ordo com a (ção a aquisição do ESCOLAR, par e 2021, descritos	ra alunos da rede de nos itens enumerados nº 001/2021, o qual fica t	CIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR educação básica pública, verba na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, fazendo parte integrante do presente
CC	CONTRA ONTRATA	NTE confor	compromete a fo	Projeto de Venda de G	entícios da Agricultura Familiar ao Gêneros Alimentícios da Agricultura
O mi	limite individ		enda de gêneros a no civil, referente		TADO, será de até 20.000,00 (vinte e a legislação do Programa Nacional
Ali (_a) No an b) de	O recebinotas Fiscai lexo deste O preço covem estar	da Agricultu). nento das mas de Venda Contrato. de aquisição incluídas ascais, socia	ra familiar, o (a) (nercadorias dar-se a pela pessoa res o é o preço pago a as despesas com is, comerciais, tr	CONTRATADO (A) recebe- e-á mediante apresentaça sponsável pela alimentada ao fornecedor da agriculta a frete, recursos humano	critos abaixo (no quadro) de Gêneros erá o valor total de R\$ ão do Termo de Recebimento e das ção no local de entrega, consoante ura familiar e no cálculo do preço já es e materiais, assim como com os ários e quaisquer outras despesas nte contrato.
	Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário Divulgado na CP	Preço Total
-					

Valor Total do Contrato



Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: 06.02.12.365.0041.2027.0031, 06.02.12.306.0047.2018.1002, 06.05.12.306.0047.2018.1003 e 06.05.12.365.0041.2027.1003.

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013, as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do contratado fornecedor o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

- O CONTRATANTE em razão a supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:
- a) modificar unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO:
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO:
 - c) fiscalizar a execução do contrato;
 - d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da servidora **Luciana Engster Feiden, Nutricionista.** A quantidade da(s) mercadoria(s)/produto(s) fornecidos será fiscalizada por um(a) servente ou funcionário(a) de cada escola.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública nº 001/2021, pela Resolução/CD/FNDE Nº 26/2013 e nº 04/2015, pela Lei nº 11.947/2009 e Lei nº 8.666/93 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardas as suas condições essenciais.



Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA:

O fornecedor deverá entregar produtos frescos, de boa qualidade, nas quantidades solicitadas pela Secretaria Municipal de Educação. Os gêneros alimentícios a serem entregues ao contratante serão os definidos na chamada pública de compra, podendo ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos constem na mesma chamada pública e sejam correlatos nutricionalmente e que a substituição seja atestada pelo RT, que poderá contar com o respaldo do CAE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

Os fornecedores dos gêneros alimentícios são responsáveis pela qualidade físico-química, sanitária dos produtos entregues; a rotulagem, inclusive a nutricional, deverá estar em conformidade com a legislação em vigor; será exigida a comprovação, junto às autoridades sanitárias locais, de existência de instalações compatíveis com o produto que o licitante se propõe a fornecer.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

Os produtos acima relacionados deverão ser entregues, conforme a necessidade e demanda de consumo, mediante pedido emitido previamente pela Secretaria Municipal de Educação, acompanhados de Notas de Empenhos correspondentes, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, pelo período de fornecimento máximo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

Mediante escrita e justificada solicitação da empresa Contratada, o prazo declinado no item acima poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, contanto que a empresa Contratada proceda a tal solicitação durante o transcurso do prazo que, originariamente, lhe foi concedido para entrega dos materiais, e sendo conveniente para a Administração tal pedido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:

A Nota de Empenho e/ou a Ordem de Entrega poderá ser repassada à Contratada por meio de e-mail.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:

A entrega dos materiais/produtos é de responsabilidade da Contratada, devendo ser entregues ao Poder Público em embalagens apropriadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:

Deverão ser observados a legislação pertinente para cada material/produto, com suas respectivas autorizações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:

Os Contratados receberão uma lista da Secretaria Municipal de Educação, onde estarão identificadas as mercadorias a serem entregues, a quantidade, a data de entrega e as respectivas localidades.



Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:

Não serão aceitos produtos com validade vencida, ou que estejam na iminência de vencer.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:

As Contratadas deverão utilizar veículos adequados para as entregas dos gêneros alimentícios, dotados de cobertura para proteção da carga e, não devem transportar outras cargas que comprometam a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos. O serviço de entregas poderá ser terceirizado, desde que sejam mantidas todas as exigências de pontualidade, qualidade e sanidade dos produtos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:

Os produtos perecíveis deverão ser entregues semanalmente, já os produtos não perecíveis deverão ser entregues quinzenal ou mensalmente, dependendo da capacidade de armazenamento das escolas e de acordo com pedido prévio, acompanhado de nota de empenho correspondente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:

Os fornecedores deverão apresentar carga à Divisão de Vigilância Sanitária – VISA de PAVERAMA, antes de realizar a entrega dos produtos nas escolas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA:

O horário das entregas será das 7horas e 30minutos até as 11horas e das 13horas e 30minutos até as 16horas, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA:

Os produtos deverão ser entregues nas escolas, cuja relação segue no **ANEXO I** do edital, conforme pedido prévio.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA:

Caso os produtos entregues não estejam de acordo com a especificação do objeto do edital e com a qualidade e sanidade exigidas no mesmo, deverá a contratada efetuar a troca das mercadorias em até 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA:

A compra de frutas e verduras respeita a sazonalidade das mesmas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA:

A Contratante não fica obrigada a adquirir a totalidade das quantidades especificadas, e poderá haver acréscimo, observado o limite previsto na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da servidora **Luciana Engster Feiden, Nutricionista.** A quantidade da(s) mercadoria(s)/produto(s) fornecidos será fiscalizada por um(a) servente ou funcionário(a) de cada escola.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA:

Pela inexecução total ou parcial de contrato o Município poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – advertência (prazo de dois dias para regularizar);

II – multa nas formas previstas na Lei 8.666/93, limitado a 10% do valor do Contrato;

III - rescisão do contrato;

IV – suspensão do direito de licitar junto ao Município de PAVERAMA, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

V – declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município de PAVERAMA.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA:

Será aplicada multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor total do item do Contrato, por dia de atraso no fornecimento do produto.



Estado do Rio Grande do Sul

Será aplicada multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor corrigido no Contrato, quando o Proponente vencedor:

- a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- b) transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização da contratante:
- c) fornecer os produtos em desacordo com as especificações ou normas técnicas, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d) desatender às determinações da fiscalização;
- e) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão de infração cometida;
- f) não fornecer os produtos contratados no prazo fixado, estando sua proposta dentro do prazo de validade:
- g) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolosamente ou não, venha a causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito pela fiscalização à direção do órgão.

Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á à contratada, a pena de suspensão do direito de licitar com a contratante e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos, em função da gravidade da falta cometida.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA:

Quando o objeto do contrato não for entregue no todo ou parcialmente dentro dos prazos estipulados, a suspensão do direito de licitar será automática e perdurará até que seja feita a entrega do objeto do contrato na sua totalidade, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e neste edital.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o Parágrafo 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA:

O CONTRATADO/FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA:

É competente o Foro da Comarca de PAVERAMA/RS para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

	PAVERAMA, _	de	de
	PREF	EITO MUNI	CIPAL
	CON	TRATADA(S	S)(Grupo Formal)
TESTEMUNHAS:	CONTRATADO(S)(agricult	ores no caso	o de grupo informal)
1	 		
2			



Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO III PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA № 001/2021 I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES **GRUPO FORMAL** 1. Nome do Proponente 2. CNPJ 4. Município/UF 3. Endereço 5. E-mail 6. DDD/Fone 7. CEP 8. Nº DAP Jurídica 11. Conta Nº da Conta 9. Banco 10. Agência Corrente 12. Nº de Associados 13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 14. Nº de Associados com DAP 15. Nome do representante 16. CPF 17. DDD/Fone 19. Município/UF 18. Endereço II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC 1. Nome da Entidade 2. CNPJ 4. Endereço 5. DDD/Fone 7. CPF 6. Nome do representante e e-mail III - RELAÇÃO DE PRODUTOS 1. Produto 2. Unidade 3. Quantidade 4. Preço de Aquisição* Cronograma 4.1. Unitário 4.2. Total de Entrega dos produtos OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima Assinatura do Representante do Grupo Formal Local e Fone/E-mail: Data



Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021

		I - IDENT	ΓΙ <mark>F</mark> ICAÇÃO DO	OS FORNECE	DORES			
			GRUPOIN	FORMAL				
1. Nome do Prop	onente			2. CPF				
3. Endereço		4. Município	/UF		5. CEP			
6. E-mail (quando	o houver)			7. Fone				
8. Organizado por Entidade Articuladora () Sim () Não					9.Nome da Entidade Articuladora (quando houver)		il/Fone	
		II - FOR	RNECEDORES	PARTICIPAN ⁻	TES			
1. Nome do Agricultor (a) Familiar		2. CPF		3. DAP	4. Banco	5. Nº Agência	6. Nº Conta Corrente	
	III- IDENTII	FICAÇÃO DA	ENTIDADE EX	ECUTORA DO	O PNAE/FNDE	E/MEC		
1. Nome da Entid	lade		2. CNPJ				3. Município	
4. Endereço							5. DDD/Fone	
6. Nome do repre	esentante e e-	mail			7. CPF			
		III - RELAÇÃO	D DE FORNEC	EDORES E PI	RODUTOS			
Identificação do Agricultor (a) Familiar		2. Produto	3. Unidade	4. Qtidade	5. Preço de Aquisição* /Unidade		6.Valor Total	
							Total	
							Total	
							Total	
							Total	
							Total	
							Total	
						Total do		
	OBS: *	Preço publica	ido no Edital n	xxx/xxxx (o m	esmo que cor	nsta na cham	ada pública).	

IV - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO



Estado do Rio Grande do Sul

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Un	idade		otal por produto	6. Cronograma de Entre dos Produtos	
					То	tal do projeto:		
Declaro esta	r de acordo co	m as condiçõe	s estabele	ecidas	s neste pro	ojeto e que as info	ormações acima conferen	
Local e Data:		Assinatura do	Represei	ntante	e do Grupo	Informal	Fone/E-mail: CPF:	
Local e Data:		Agricultores (as) Forne	cedor	es (as) do	Grupo Informal	Assinatura	
		OSTA DE ATE		O AC	DEDITAL/	GRICULTURA FA CHAMADA PÚBI	AMILIAR PARA LICA Nº 001/2021	
			ORNECE					
I. Nome do Propo	onente	Г		2. CF	` '			
3. Endereço	Jiletite	4 Muni		z. Cr	<u>'</u>		5.CEP	
s. Nº da DAP Físi	ira	4. Município/UF 7. DDD/Fone 8.E-mail (8.E-mail (quar			
9. Banco	10.Nº da A				,			
7. Barres	ront day	goriola				i i i i da com	a continue	
		II- F	Relação do	s Pro	dutos			
Produto	Unidad	o Ouan	itidade	Preço de Aquisição*		e Aquisição*	Cronograma de	
Fidulio	Officac	e Quan	illuaue	ι	Jnitário	Total	Entrega dos produtos	
DBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx								
	III - IDENTIF	CAÇÃO DA EN	NTIDADE E	EXEC	UTORA D	O PNAE/FNDE/M	EC	
Nome		CNPJ					Município	
Endereço							Fone	
Nome do Repres	entante Legal					CPF		
	de acordo com		estabelec	idas ı	neste proje	eto e que as infor	mações acima	
Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:						



Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO IV

Cronograma de entregas:

- Os produtos devem vir sempre separados, conforme lista entregue 3 (três) dias úteis antes.
- Na primeira entrega do mês, onde devem ser entregues alimentos perecíveis e não-perecíveis, as seguintes escolas devem receber através do fornecedor as mercadorias:

EMEF REINALDO MARKUS

EMEF PRUDÊNCIO

EMEF SÃO JOSÉ

EMEF SAGRADO CORAÇÃO

EMEI PEQUENO MUNO

EMEI CRIANÇA FELIZ

EMEI PINGO DE GENTE

EMEF GONÇALINA PINTO VILA NOVA

EMEI ARCO-ÍRIS

EMEI CASA DA CRIANÇA

A seguinte escola será entregue pela Prefeitura:

EMEF VISCONDE DE MAUÁ

Nas três semanas seguintes as seguintes escolas continuam recebendo entrega direto na Escola, pelos fornecedores:

EMEF GONÇALINA PINTO VILA NOVA

EMEI ARCO-ÍRIS

EMEI CASA DA CRIANÇA

Para as Escolas restantes, a entrega deverá ser na SMEC, sendo distribuída pela Prefeitura.